

EDITORIAL

O turismo, entre outras características, apresenta a capacidade de gerar impactos nas localidades onde se desenvolve. A própria lógica de funcionamento da atividade turística, pelos múltiplos processos de que necessita para sua ocorrência, além de seus impactos potenciais, envolve em suas iniciativas de planejamento e gestão inúmeros agentes, dos mais diversos setores e ramos de atuação, nos âmbitos público e privado. Daí decorrem inúmeros aspectos, visões e formas de atuar, que geram diferentes soluções e resultados. Dentre estes diversos agentes que atuam nesse processo, mostra-se decisiva a atuação do poder público.

O Estado assume, por diversas vezes, o papel de coordenador do desenvolvimento do turismo e principal responsável pelas políticas de estímulo ao setor. Sem deixar de lado a importância da participação de outros integrantes do processo de desenvolvimento turístico, é notória a importância do papel desempenhado pelo setor público para a evolução dessa atividade. Não se trata de um ator único, isolado, e sim aquele que se responsabiliza por canalizar as contribuições de todos os demais participantes.

Tendo esta situação em vista, é fundamental destacar a atuação do Estado, a forma e os impactos de suas políticas em relação a esse setor de atividade. A academia tem uma importante contribuição a oferecer, por meio de pesquisas e estudos que busquem analisar e avaliar a atuação do poder público no turismo.

Uma das importantes contribuições do setor público para a promoção do turismo é dada pela definição das diretrizes e por suas ações como fornecedor de informações para essa atividade, baseadas em pesquisas não passíveis de realização no âmbito da iniciativa privada. Um dos aspectos que tem sido ressaltado por nossos estudos, a partir de informações dessas pesquisas é a importância do mercado doméstico para o turismo sustentado no País.

O Brasil possui características que permitem o desenvolvimento de um grande mercado interno consumidor de turismo, como grande extensão territorial, tamanho de sua população urbana e diversidade e quantidade de atrativos turísticos. Aqui e em outros países que também possuem estas características, como Estados Unidos e Austrália, o turismo doméstico suplanta o internacional em importância na geração de receitas e de pernoites. Nestes casos, o mercado doméstico pode ser a base de sustentação de inúmeros prestadores de serviços turísticos, propiciando inclusive as condições de escala e de externalidade que permitam a expansão do turismo internacional.

Além disso, enquanto o turismo internacional tradicionalmente se concentra em um número menor de destinos, o mercado doméstico possibilita que mais localidades se aproveitem do turismo como atividade que colabore para seu crescimento econômico e social. Não se trata de desconsiderar a importância do turismo internacional nas economias desses países, mas observar as informações que permitam aos gestores públicos do turismo verificar a real contribuição de cada um dos mercados, nacional e internacional. Desta forma, as tomadas de decisões serão mais adequadas à realidade e às necessidades do País, de modo a aumentar as possibilidades de obtenção de resultados positivos gerados pelas políticas públicas de turismo.

Os trabalhos publicados nesta nova edição da revista *Turismo em Análise*, que tem como tema a gestão pública do turismo, oferecem subsídios para a análise da atuação do poder público em relação à atividade e aos resultados de suas ações. Além disso, trazem contribuições para que possam ser mais bem compreendidos alguns aspectos importantes relacionados aos fluxos e à organização do turismo brasileiro.

Os primeiros cinco artigos tratam diretamente das políticas e dos órgãos públicos relacionados a esse setor de atividade. O primeiro artigo analisa as políticas públicas de turismo no País implementadas na década de 1990, tecendo considerações a respeito de seus resultados e implicações. Os dois artigos subsequentes tratam do processo de “clusterização” e regionalização do turismo em Minas Gerais: o primeiro deles verifica aspectos da estratégia de adoção de “clusters” no turismo mineiro, enquanto o segundo analisa como se processa a regionalização do turismo no Estado. A organização e os recursos dos órgãos públicos de turismo são os temas de dois outros artigos, um que descreve a trajetória do órgão estadual de turismo do Estado de São Paulo e outro que analisa os recursos organizacionais e turísticos na gestão municipal de turismo de Curitiba, Paraná.

Complementando esse quadro referencial de análise e tendo em vista a importância da compreensão do comportamento dos mercados consumidores nas definições de políticas públicas de turismo, são apresentados dois outros artigos que, nesta particular edição, focalizam a demanda internacional: o primeiro aborda a demanda de turistas argentinos para o Estado de Santa Catarina, avaliando as repercussões da situação macroeconômica da Argentina sobre a demanda turística deste Estado brasileiro. O segundo artigo apresenta o resultado de experimentos estatísticos a respeito de alguns fatores determinantes para os fluxos de turistas internacionais relacionados ao Brasil, tanto do emissor quanto do receptor, e neste último verificando as diferenças entre os fluxos provenientes de países fronteiriços, os intracontinentais, e de outros mais distantes, intercontinentais.

Na seqüência tem-se o artigo que tem como objeto a contribuição do turismo às políticas de combate à pobreza, por meio da simulação de estímulos à demanda doméstica e suas conseqüências para as camadas da população brasileira que dispõem de menores níveis de renda. E, por fim, no último trabalho são expostos os resultados de pesquisa realizada junto a cadeirantes sobre suas impressões com relação à hospitalidade e ao turismo, trazendo contribuições às políticas de adaptação das localidades turísticas aos portadores de necessidades especiais.

Trata-se de uma coleção de artigos de temas variados, que adotam diferentes pontos de vista e referenciais metodológicos, mas todos com o intuito de avaliar e fornecer informações para as tomadas de decisões relacionadas às políticas públicas de turismo no Brasil, além de deixarem indagações e indicações para a produção de novos estudos nesta temática.

Wilson Abrahão Rabahy

Membro do Comitê de Política Editorial da Revista Turismo em Análise